



**IIº SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS**
03 a 06 de junho de 2013

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

**ESPACIALIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NO ESTADO DA BAHIA:
UM OLHAR SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS PESCADORES(AS)
ARTESANAIS**

Kassia Aguiar Norberto Rios
Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia
kassia_arodrigues@yahoo.com.br

Guiomar Inez Germani
Profa. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia
guiomar@ufba.br

INTRODUÇÃO

A pesca no estado da Bahia se caracteriza por ser uma importante atividade desenvolvida pelas comunidades litorâneas e ribeirinhas e por ser uma forma de garantir o sustento econômico e alimentar das mesmas, tendo essas comunidades construído fortes relações com o espaço apropriado para o desenvolvimento de suas atividades.

De acordo com os dados do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), atualmente, mais de 101 municípios baianos possuem registros de comunidades tradicionais pesqueiras, localizadas principalmente no litoral do estado. O litoral baiano possui uma extensão de aproximadamente 1.188 km, e "abriga importantes estuários ao longo de 40 bacias hidrográficas e quase 100.000 hectares de manguezais" (RAMOS, 2002, p.11).

Em 2002, "estimava-se uma população humana diretamente envolvida com esse ecossistema em torno de 95.000 habitantes" (RAMOS, 2002, pág.11). Atualmente, estima-se que esse número tenha superado 200.000 habitantes, já que só de pescadores cadastrados no MPA, em 2010, temos mais de 109.000, somando-se a suas famílias, ultrapassaríamos essa estimativa. Esses pescadores sobrevivem direta/indiretamente do desenvolvimento da pesca artesanal e da mariscagem que é realizada nas áreas de manguezal e no seu entorno (MPA, 2012).

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

Essas comunidades, embora estejam inseridas no modo de produção capitalista, seguem uma linha de desenvolvimento diferenciada. Nesse contexto, Kuhn nos aponta que,

É necessário romper com a visão errônea e preconceituosa sobre a pesca artesanal, de que esta é uma atividade atrasada e em extinção. Responsável por metade do pescado produzido no Brasil, a pesca artesanal já mostrou que longe de ter desaparecido, a atividade reconquista a cada momento histórico, o seu protagonismo na produção, por vezes ofuscado por outros direcionamentos políticos insustentáveis, como foi o exemplo da pesca industrial na década de 60 (KUNH, 2009, pág.93).

No estado da Bahia, verifica-se facilmente a afirmativa acima, pois a pesca extrativa realizada no estado é especificamente artesanal e, embora esteja frequentemente ameaçada por diversos empreendimentos industriais, turísticos entre outros, representa a única fonte de economia de muitas famílias e é também responsável pela maior parte do quantitativo de produção pesqueira do estado.

A Bahia é o terceiro maior estado produtor pesqueiro do país (atrás dos estados de Santa Catarina e Pará) e o primeiro da região Nordeste. Em 2009, este produziu 121.255 mil toneladas, sendo 101.224 mil toneladas pela pesca extrativa e 20.031 mil toneladas pela aquicultura, representando 84% e 16%, respectivamente, da produção total do estado, como podemos observar na tabela 1.

Tabela 1. Produção da Atividade Pesqueira no estado da Bahia em 2009

	Pesca (t)		Aquicultura (t)	
	Marinha	Continental	Marinha	Continental
Total (t)	83.537	17.687	6.023	14.008

Fonte: MPA; 2010; 2011.

Podemos observar, de acordo com os dados apresentados, que a produção pesqueira da Bahia advém em sua maioria da pesca extrativa, principalmente a marinha que, em 2009, representou 68% do total produzido no estado e 82% da produção da pesca extrativa.

Cabe destacar que no estado não há ocorrências da pesca industrial, dessa forma a produção extrativa se dá especificamente pela pesca artesanal. O que, de certa forma, reforça a afirmativa de que o desenvolvimento da atividade e a segurança das condições



IIº SEMINÁRIO NACIONAL ESPAÇOS COSTEIROS

03 a 06 de junho de 2013

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

naturais do ambiente em que esta se desenvolve são de suma importância para a permanência da atividade e a sobrevivência das comunidades que a realizam.

No que tange à aquicultura marinha, esta se dá exclusivamente pelo desenvolvimento da carcinicultura, já a aquicultura continental se dá principalmente pela produção de Tilápia e, em mínima proporção, pela produção de Tambaqui.

Nesse contexto, tem-se no presente trabalho o objetivo de caracterizar e compreender a atividade da pesca artesanal do estado da Bahia em seu processo de especialização. Pois, a partir do momento em que pescadores artesanais se apropriam da natureza e desenvolvem suas atividades, estes produzem um espaço que será caracterizado pela lógica que os envolve e pelas condições/acessibilidade aos recursos naturais.

A pesca artesanal

De acordo com a estatística pesqueira do estado da Bahia, realizada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA-BA), no ano de 2010, o estado possuía 109.396 mil pescadores cadastrados no Registro Geral da Pesca (RGP), sendo 54.991 mil do sexo masculino e 54.405 do sexo feminino, representando aproximadamente 50,2% e 49,7% respectivamente do total.

No ano de 2011, o quadro baiano não foi muito diferente. O número de pescadores cadastrados no RGP do estado foi de 113.377, com um aumento de 3.981 em relação a 2010 (MPA, 2011). Cabe destacar que segundo o MPA há diversos pescadores distribuídos pelo país que não são cadastrados no RGP, como também há muitos que tiveram sua licença suspensa. Dentre os fatores de suspensão da licença, está o fato de que alguns possuem vínculo empregatício outros, recebem algum tipo de benefício previdenciário, dentre outros.

Podemos observar a significativa participação das mulheres no desenvolvimento da atividade, pois nesse quantitativo está inserida também a atividade da mariscagem, praticada principalmente pelas mulheres. Porém, ressaltamos que as atividades desenvolvidas pelas mulheres não se restringem a captura de mariscos, em muitos casos

há presença de mulheres na pesca nos rios e em alto mar, junto aos pescadores ou em grupos de mulheres.

A antiga concepção de que a pesca era atividade somente dos homens foi transformada, principalmente, após o reconhecimento próprio das mulheres enquanto pescadoras artesanais. A partir desse reconhecimento particular, estas passaram a ocupar seu papel na luta e na defesa dos seus direitos frente à sociedade.

No que tange à idade dos pescadores baianos, a maior parte dos pescadores cadastrados encontram-se na faixa etária de 30 a 39 anos, com o quantitativo de 31.802, representando 29% do total do estado. Outra característica importante é a participação dos pescadores na faixa etária de 60 a 69 anos, com 4.175 mil pescadores, representando 3,8% do total (tabela 2).

Tabela 2. Faixa etária dos pescadores baianos cadastrados no RGP em 2010

Faixa etária	Nº de Pescadores	% do total
< 20 anos	500	0,457
20 - 29 anos	23.981	21,92
30 - 39 anos	31.802	29,07
40 - 49 anos	29.150	26,64
50 - 59 anos	19.586	17,90
60 - 69 anos	4.175	3,81
> 70 anos	202	0,18
Total	109.396	100

Fonte: MPA, 2012.

Podemos observar a presença, embora pequena, dos pescadores com idade inferior aos 20 anos, como também superior aos 70 anos.

A gente aprende a pescar pequeno, a mexer nas redes, conhecer os peixes e tudo mais. Porque quando a gente fica adulto a gente tem que ensinar o mesmo para os nossos filhos e assim vai indo. A gente pesca até o dia que nossa saúde e a idade não deixa mais, aí ou a gente manda os outros pescar e divide ou os nossos filhos assumem o barco (Depoimento de Pescador Pesquisa de Campo, Bahia, 2011).

O depoimento reforça a afirmativa de que a atividade da pesca artesanal se caracteriza por ser uma atividade que tem em seu desenvolvimento uma tradição, um cabedal de conhecimentos tradicionais que são passados de geração a geração e que



IIº SEMINÁRIO NACIONAL ESPAÇOS COSTEIROS

03 a 06 de junho de 2013

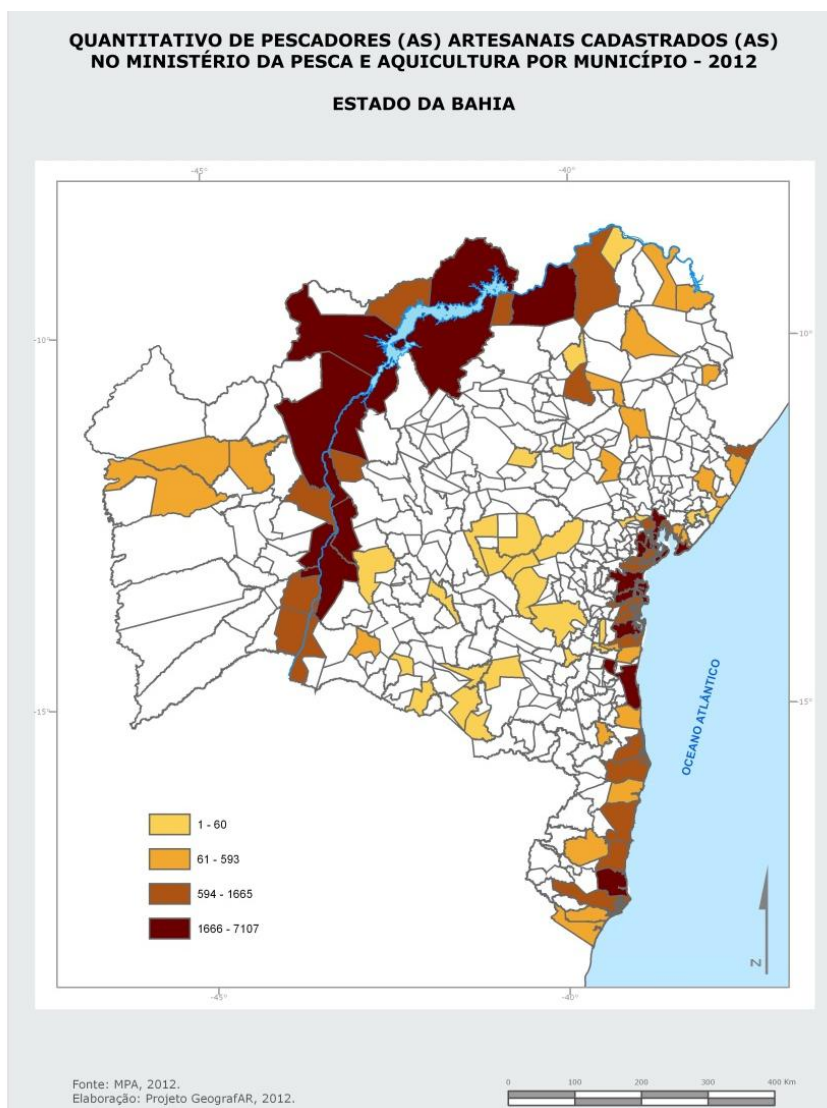
Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

garantem, em parte, a existência das comunidades tradicionais pesqueiras distribuídas no território baiano.

A espacialização no território baiano

O estado da Bahia possui 417 municípios, destes mais de 101 possuem pescadores artesanais espalhados em seu território, como podemos observar na figura 1, que mostra a espacialização do quantitativo de pescadores artesanais por município na Bahia (MPA, 2012). Cabe destacar que esses dados são adquiridos a partir do cadastramento dos pescadores no RGP, portanto pode haver municípios que tenham pescadores artesanais, porém estes não estejam cadastrados na RGP.

Figura 1



Dos 101 municípios baianos onde há registros de pescadores artesanais, alguns destes se destacam com números significativamente superiores a outros, a exemplo do município de Xique-Xique, com 7.107 mil pescadores cadastrados, representando o maior quantitativo de pescadores por município do estado; seguido dos municípios de Sento Sé, Salinas da Margarida, Salvador, Vera Cruz, Santo Amaro, Maragogipe, Saubara, Casa Nova, dentre outros, representando os municípios com maior quantitativo de pescadores cadastrados.

Na figura 1, podemos observar também que a maior parte dos pescadores artesanais do estado encontra-se centralizada em algumas regiões. O entorno do Rio São



IIº SEMINÁRIO NACIONAL ESPAÇOS COSTEIROS

03 a 06 de junho de 2013

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

Francisco, o Recôncavo baiano e alguns municípios do litoral norte e sul são as principais regiões de concentração, com destaque para a Região Metropolitana de Salvador, onde se encontram alguns dos municípios com maior quantitativo de pescadores.

Por outro lado, observamos a região sudoeste do estado com quantidades bastante inferiores de pescadores cadastrados em relação às demais regiões. Como exemplo temos os municípios de Maracás (60 pescadores), Andaraí (13 pescadores), Rio de Contas (40 pescadores), Caraíbas (33 pescadores), Piritiba (38 pescadores) dentre outros que possuem menos de 100 pescadores cadastrados. Esses pescadores desenvolvem suas atividades ao longo dos rios que estão localizados na região, a exemplo do Rio de Contas.

Outro dado importante na espacialização da pesca artesanal no estado é a estrutura de sua frota. Na Bahia, a contagem da frota pesqueira é disponibilizada por duas fontes principais, uma é através do MPA - BA, que adquire os dados a partir do RGP e a outra se refere aos censos realizados pelo IBAMA, em parceria com BAHIA PESCA/SEAP, dentre outras.

Os dados do MPA - BA são adquiridos através do cadastramento da frota pesqueira no RGP. Esse cadastro é realizado através da vinda do pescador ao Ministério quando é emitida uma licença para a embarcação pescar. Cabe destacar que nem todos os pescadores possuem esse cadastro devido a fatores como: muitas comunidades pesqueiras se localizam longe do município de Salvador, onde está a sede do MPA – BA, portanto, os pescadores não têm condições de se dirigir até o órgão; muitos não sabem da necessidade desse cadastramento devido à falta de campanhas informativas e de conscientização diretas nas comunidades pesqueiras, dentre outros motivos.

No ano de 2011, foram cadastradas no RGP apenas 3.431 mil embarcações, sendo estas classificadas em três categorias: embarcações a remo, embarcações a motor e embarcações a vela (MPA, 2011).

De acordo com o IBAMA, o estado da Bahia possui mais de 20 mil embarcações, sendo cerca de 60% artesanais, visto que só na Bacia do Rio São Francisco existe 11.344 mil embarcações (IBAMA, 2008). Dessa forma, o número total

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

de embarcações cadastradas no MPA equivale a menos de 30% do total. Essa diferença se dá principalmente em consequência da metodologia de cadastramento realizada pelo MPA. (Entrevista – pesquisa de campo, 2011). Outro fator importante é que, das embarcações cadastradas no RGP, a maioria são motorizadas (2.321) e, no estado, mais de 60% das embarcações existentes são a remo. O que amplia o quadro das embarcações não cadastradas no Estado.

Outra fonte que destacamos na presente pesquisa são os censos que foram realizados pelo IBAMA¹, que utilizavam metodologias diferenciadas do MPA. Na estatística do IBAMA, os dados são obtidos através de pesquisas diretas nas comunidades, sem a necessidade do deslocamento dos pescadores. O último levantamento realizado pelo IBAMA foi no ano de 2007, porém só tivemos acesso aos dados relacionados até o mês de junho daquele ano. Dessa forma, trabalharemos com os dados do ano de 2006.² Ressaltamos que este aborda principalmente os municípios litorâneos do estado.

De acordo com a tabela 3, no ano de 2006, o estado da Bahia contava com 11.429 mil embarcações, classificadas em nove categorias: bote a remo, canoa a remo, bote de alumínio, jangada, barco a vela, bote motorizado, canoa a motor, saveiro e lancha industrial pequena. Com destaque para a canoa a remo (6.519 mil) que representa mais de 50% da frota pesquisada no estado.

Tabela 3. Quantidade e tipo de embarcações do estado da Bahia, em 2006.

Tipo de embarcação	Quantidade
Canoa a remo	6.519
Saveiros	2.575
Botes a remo	1.101
Botes morotizados	562
Barcos a vela	238
Jangada	201
Bote de Alumínio	201
Canoa a motor	31
Lancha industrial pequena	1

¹ Ressaltamos conforme mencionado anteriormente que esses censos foram realizados a partir de uma parceria entre o IBAMA, a BAHIA PESCA, SEAP, dentre outros.

² Mas, no ano de 2008, o IBAMA publicou uma Estatística de Desembarque Pesqueiro específica dos municípios que compõem a Bacia do Rio São Francisco.

Total	11.429
-------	--------

Fonte: IBAMA, 2007.

No que tange à distribuição por municípios, destacamos Salvador com o maior quantitativo de embarcações (1.648 mil) seguido dos municípios de Maragojipe (936) e Camamu (688) (IBAMA, 2007).

Podemos observar que os municípios de Salvador e Camamu, que se destacam como os principais em termos de quantitativo de embarcações do estado, aparecem no cadastro do MPA com números significativamente inferiores, resultado das diferentes metodologias utilizadas na formação do banco de dados. Quanto ao município de Maragojipe, este não aparece no cadastro do MPA.

No que tange às estatísticas supracitadas, percebemos que a diferença principal entre as duas fontes é a metodologia utilizada na captação dos dados, pois no MPA o cadastramento depende da vinda do pescador ao Ministério para a realização do cadastro e nos censos do IBAMA, são feitas visitas diretas às comunidades pesqueiras. Essa diferença reflete diretamente nos números finais.

Dessa forma, podemos observar que a estatística pesqueira aparece como um grande desafio aos seus órgãos gestores em relação à criação de políticas voltadas ao setor, pois revela a necessidade urgente de um levantamento estatístico preciso, com uma metodologia diferente da que vem sendo adotada atualmente pelo MPA.

Tais mudanças seriam estratégicas para a obtenção de uma estatística pesqueira concreta do estado e conseqüentemente para o desenvolvimento e aplicação de políticas no setor, principalmente em relação aos empreendimentos industriais (turístico, portuário, aquícola, dentre outros) que vêm sendo inseridos nas áreas das comunidades pesqueiras do estado.

Destacamos também que os problemas observados na estatística pesqueira não tratam somente de uma questão metodológica, mas de intencionalidade, uma vez que a realização de uma estatística concreta daria visibilidade a este grupo social, a sua importância e produtividade – o que não é o interesse dos produtores industriais e dos órgãos gestores – além de orientar as políticas específicas à pesca artesanal, possibilitando melhorias ao seu desenvolvimento.



**IIº SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS**
03 a 06 de junho de 2013

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

Organização Politico-Institucional

A organização institucional da atividade pesqueira na Bahia em nível federal se dá pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), representado através da Superintendência Federal do Estado. Em nível estadual, destacamos também as organizações de representação profissional, a exemplo da Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado da Bahia (FEPESBA). Esta é responsável pela organização das 80 colônias existentes no estado³.

No estado existem também sete cooperativas de pescadores e marisqueiras e sete sindicatos, ambos atuando na representação profissional da classe. Segundo o presidente da FEPESBA, a federação funciona como órgão representativo de classe e tem como principal função auxiliar e representar os pescadores na luta por seus direitos sociais, pela melhoria de suas atividades, dentre outros.

Porém, segundo alguns pescadores do MPP – BA, a relação com a FEPESBA é bastante complexa, pois a mesma reforça o caráter representativo de algumas colônias existentes no estado.

Para eles as nossas organizações não servem de nada, não devem ser vistas nem reconhecidas. Para eles, o único órgão representativo dos pescadores deve ser as colônias. Mas se muitas colônias não agem e acordo com nossos interesses, o que vamos fazer? Por isso nós nos organizamos de outras formas e lutamos por nossos direitos. Em alguns lugares até a relação das Colônias com a Federação é complicada, dependendo da postura que assumem (Depoimento de Pescador . Pesquisa de Campo, Bahia, 2011).

Esse quadro demonstra e reforça a necessidade da criação de outras formas de organização e representação dos pescadores artesanais do estado. Uma dessas formas é a associação de pescadores, cujo número, nos últimos anos, aumentou no estado em aproximadamente 90%. Essas são criadas com o objetivo de suprir as inúmeras lacunas deixadas pelas demais organizações e que trabalharemos no item a seguir. No estado da Bahia, 154 associações encontram-se cadastradas no MPA, em 2012.

³ Esse quantitativo refere-se às colônias cadastradas no MPA no ano de 2011.

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

Na figura 2, podemos observar como as associações, colônias, sindicatos e cooperativas estão especializadas no estado. Ao total existem no estado 80 colônias, 154 associações, 7 cooperativas e 7 sindicatos (MPA, 2012).

As colônias e associações encontram-se situadas principalmente no Recôncavo baiano, com destaque também para os municípios localizados no litoral sul do estado e próximos ao Rio São Francisco. Em relação às associações existentes no interior do estado, de acordo com Kuhn, estas estão “provavelmente articulando pescadores e aquicultores de rios e barragens” (KUHN, 2009, p.79).

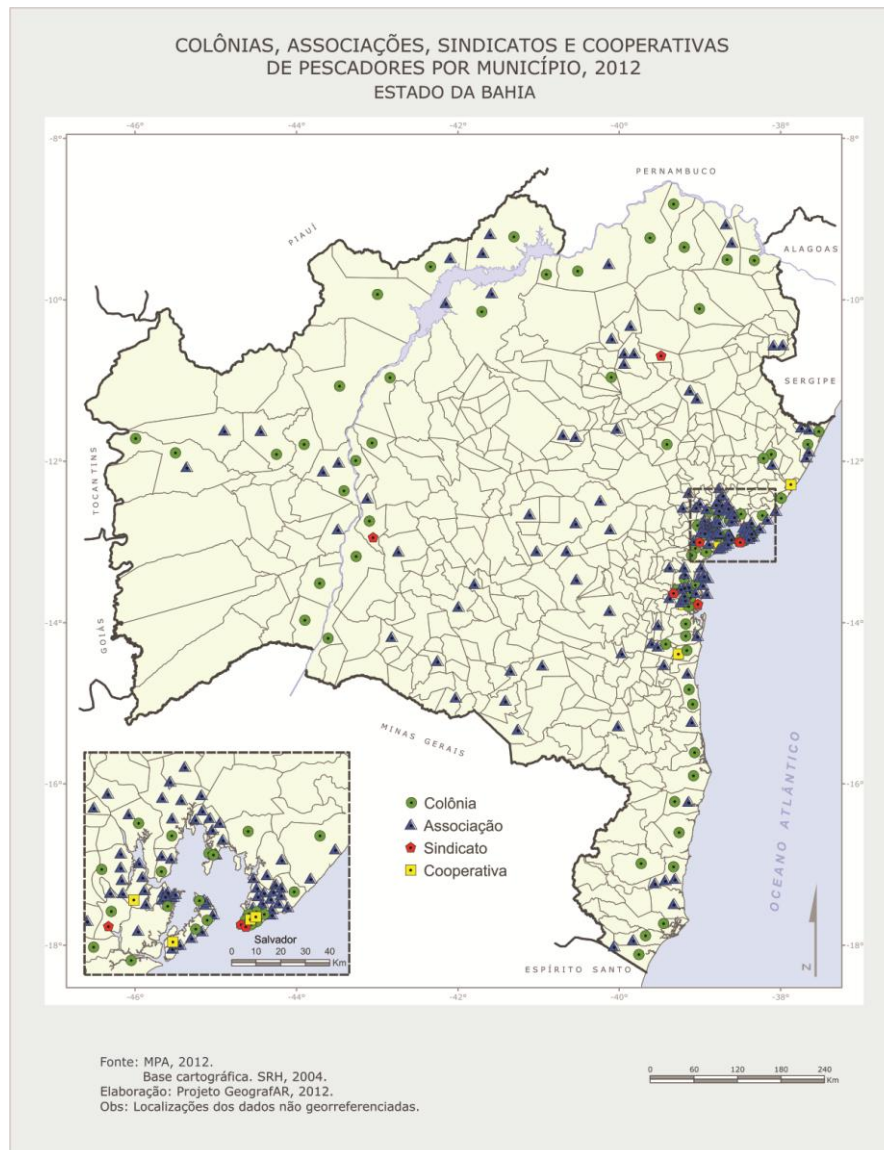
As cooperativas encontram-se situadas principalmente no litoral baiano. Estas que, em sua maioria são de comercialização, compram os pescados na mão dos pescadores e revendem aos diversos compradores com os quais a mesma possui contato. Quanto aos sindicatos, cinco dos sete existentes se concentram também no Recôncavo baiano e no litoral. De acordo com o presidente do Sindicato dos pescadores, marisqueiras e assemelhados de Plataforma, com sede em Salvador (BA), os sindicatos atuam como órgãos de classe dos trabalhadores e

Foram criados para dar suporte aos pescadores que estavam desagregados das colônias, uma vez que não há colônias em todos os municípios e muitas delas não expõem diretamente os direitos dos pescadores. Assim esses pescadores são cadastrados nos sindicatos e, a partir disso, têm direito a aposentadoria, seguro defeso, as pescadoras a salário maternidade, dentre outros direitos (Depoimento – Pesquisa de campo, 2012).

Segundo o mesmo, os pescadores que são cadastrados nos sindicatos não são cadastrados nas colônias e vice-versa. Estes possuem um número de matrícula nos sindicatos que é utilizado para seu cadastramento junto ao MPA, à Caixa Econômica, à Receita Federal, ao INSS, dentre outros órgãos.

Figura 2

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios



Se compararmos os dados do ano de 2012 com os dados do ano de 2007, quando havia no estado 74 colônias, 88 associações, 2 sindicatos e 1 cooperativa, observaremos que o maior crescimento das organizações se deu nas associações, nos sindicatos e nas cooperativas (Projeto GeografAR, 2008).

No que se refere às cooperativas, no ano de 2007, existia somente uma no município de Entre Rios. Nos dados do ano de 2012, destacamos a criação de mais seis organizações nos municípios de Salvador (com duas), Ituberá, Itacaré, Maragojipe e Vera Cruz. Já em relação aos sindicatos, foram criados mais cinco, nos municípios de Salvador (onde já existia um), Nazaré, Cansanção, Paratinga e Taperoá.

Tabela 4. Colônias, Associações, Sindicatos e Cooperativas no estado da Bahia em 2007 e 2012.

Tipo	Nº em 2007	Nº em 2012
Colônia	74	80
Associação	88	154
Sindicato	2	7
Cooperativa	1	7

Fonte: GeografAR, 2008; MPA, 2012.

Em relação às colônias, o aumento observado se deu pelo acréscimo destas em municípios onde não existiam anteriormente: Serra do Ramalho, Curaçá, Ponto Novo, Abaré, Wanderley e Chorrocho. Provavelmente, os pescadores dessas regiões não eram cadastrados em colônias ou eram cadastrados em colônias situadas nas proximidades.

Cabe destacar que existem diversos pescadores no estado da Bahia que mesmo tendo colônias situadas em seus municípios de moradia e trabalho se cadastram em colônias situadas em municípios vizinhos.

Ao analisar as associações, observamos que estas tiveram um crescimento significativo em quatro anos (66 associações). Esse acréscimo se deu principalmente pela necessidade de outros órgãos de representatividade por parte dos pescadores, devido às contradições existentes entre pescadores e colônias de alguns municípios. Muitos pescadores encontravam-se insatisfeitos com a atuação das colônias, uma vez que estas, na maioria das vezes, nunca olhavam o lado social e nem lutavam pelos interesses dos pescadores.

Uma característica importante nesse período relatada pelos pescadores foi o crescimento e a união do Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP), em que muitos pescadores passaram a tomar conhecimento de seus direitos e foram incentivados a lutar por eles.⁴ Assim, a insatisfação por parte de algumas comunidades com as colônias fizeram com que novas associações fossem criadas, com o objetivo de

⁴ O Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP) é uma organização social dos pescadores que atua no território Nacional, com representações estaduais e locais. O MPP desenvolve um trabalho de acompanhamento às comunidades pesqueiras, ajudando-as e mobilizando-as na luta e na defesa de seus territórios, assim como levando importantes discussões sobre seus direitos, questões ambientais, saúde das marisqueiras, dentre outros.

dar o suporte que os pescadores precisavam, representando-os frente aos seus direitos e buscando melhorias sociais para as comunidades.

Outros fatores que também contribuíram para esse crescimento foi a criação de associações em municípios onde não existem colônias – devido à necessidade de um lugar onde os pescadores pudessem se reunir e pensar juntos melhorias para o desenvolvimento da atividade e da comunidade – e a criação de outras associações em municípios onde já existiam as mesmas, principalmente no Recôncavo baiano e no litoral do estado, com destaque para os municípios de Salvador (16 associações), Salinas da Margarida (7 associações), Valença (4 associações), Vera Cruz (5 associações) que tiveram mais associações criadas.

Cabe destacar que alguns desses municípios também têm sofrido nos últimos anos diversos impactos relacionados à inserção de atividades industriais em seus territórios pesqueiros. Daí, também, pensarmos a criação de algumas dessas associações como estratégias de organização e luta pelos direitos dos pescadores artesanais.

Conforme mencionado, outra forma de organização social que vem ganhando um amplo destaque nas lutas e conquistas realizadas pelos pescadores da Bahia é o MPP. Criado em 2009, o MPP atua na Bahia através de sua representação estadual – o Movimento dos Pescadores e Pescadoras - Bahia (MPP-BA) – (Figura 3).

Conforme apresentado na figura 3, essa atuação vem sendo desenvolvida em rede, principalmente nos Territórios de Identidade: Sertão São Francisco, Velho Chico, Extremo Sul, Litoral Sul, Baixo Sul, Recôncavo, Metropolitana de Salvador e Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte. Inserindo nestes as Ilhas de Maré, dos Frades, Itaparica, dentre outras, como podemos observar na figura 3, que traz a espacialização da atuação do MPP-BA nos Territórios de Identidade da Bahia.

Figura 3



Cabe destacar, também, a existência das articulações locais, constituídas pelas comunidades, a exemplo da Articulação Subaé, Articulação Local do Iguape e Articulação Local Norte da BTS, dentre outras que desenvolvem estratégias de articulação e atuação nas comunidades que compõem as articulações, a partir das necessidades locais.

Nesse sentido, o MPP – BA vem atuando em rede no estado, articulando os territórios de identidade envolvidos e os municípios inseridos nestes, promovendo ações que visem a uma melhor organização e representatividade dos pescadores artesanais,



IIº SEMINÁRIO NACIONAL ESPAÇOS COSTEIROS

03 a 06 de junho de 2013

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

fazendo a articulação interna dos pescadores do estado, assim como da Bahia com os demais estados integrantes do Movimento. Esse modelo de articulação em rede é sugerido e adotado pelo MPP em suas representações em todos os estados integrantes do mesmo.

Considerações Finais

A atividade da pesca artesanal no estado da Bahia se destaca por sua importância no sustento econômico de diversas comunidades tradicionais que vivem espalhadas ao longo dos rios e no litoral do estado, sendo esta a única atividade desenvolvida pelas mesmas, como forma de garantir sua sobrevivência e reprodução social.

Porém, observamos, nas últimas décadas, essas comunidades constantemente inseridas em um cenário de ameaças e conflitos com empresários e até mesmo com o próprio Estado, visto que seus territórios são frequentemente ocupados por empreendimentos turísticos, industriais, dentre outros, que interferem direta/indiretamente no desenvolvimento da pesca artesanal e da mariscagem.

A afirmativa ganha destaque quando observamos a falta de políticas públicas voltadas para o setor, bem como as constantes reivindicações e ocupações feitas pelos pescadores artesanais como forma de garantir seus direitos. A afirmativa também se confirma com a formação de outras formas de organizações construídas pelos mesmos para que os representem frente ao Estado, nos conflitos com os empresários, a exemplo do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais e das inúmeras associações de pescadores e marisqueiras existentes no estado e no país.

Outra característica importante refere-se à estatística pesqueira que vem sendo desenvolvida no estado, visto que a metodologia utilizada pelo MPA não contempla a diversidade existente na atividade da pesca artesanal, ressaltando a urgência de mudanças na metodologia utilizada para obtenção dos dados estatísticos pesqueiros.

Tais mudanças seriam estratégicas para a obtenção de uma estatística pesqueira concreta do estado e, conseqüentemente, para o desenvolvimento e aplicação de políticas no setor. Principalmente em relação aos empreendimentos industriais que vêm

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

sendo inseridos nas áreas das comunidades pesqueiras do estado, pois a análise dos dados estatísticos pesqueiros é uma das formas de compreender o quanto a atividade da pesca artesanal é importante em alguns municípios e assim como um empreendimento industrial irá impactar nas comunidades pesqueiras que ali vivem.

É nessa perspectiva que destacamos o histórico de invisibilidade dessa atividade frente aos órgãos gestores do setor pesqueiro no país. Mesmo com sua importância, durante décadas, observamos a pesca artesanal sempre sendo colocada em segundo plano por esses órgãos, principalmente em relação à criação de políticas públicas voltadas ao setor. Observa-se, ao longo do tempo, que as políticas públicas buscam privilegiar os grandes empreendimentos, que, por sua vez, vêm sendo inseridos nos territórios dos pescadores artesanais.

Essa invisibilidade e a inexistência/ineficácia de leis que regulamentem o acesso e o direito aos territórios pesqueiros têm levado, nas últimas décadas, à expansão da inserção de atividades de diversos setores (aquicultura, portuário, turístico, etc.) nos mesmos. Os territórios pesqueiros passaram a ser vistos como espaços de interesse estratégico ao desenvolvimento do capital. Tal fato tem sido o principal motivo de inúmeros conflitos existentes nas comunidades pesqueiras do país, a exemplo das existentes no litoral do estado da Bahia.

Nesse cenário e com base nos dados apresentados, ressaltamos a importância de dar visibilidade a essas comunidades, como uma forma de garantir sua territorialidade, dentro de um modo de produção que não reconhece a importância social, econômica e ambiental da pesca artesanal.

REFERÊNCIAS



IIº SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS
03 a 06 de junho de 2013

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. Colônias, Associações, Cooperativas e Sindicados de Pescadores do estado da Bahia. **Banco de Dados**. Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia. IGEO/UFBA/CNPq. Salvador, 2011. Disponível em www.geografar.ufba.br.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Estatística da pesca 2005**. Brasil: grandes regiões e unidades da federação. Brasília: Ibama, 2007.

IBAMA/MMA. Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis / Ministério do Meio Ambiente. **Estatística de desembarque pesqueiro. Censo Estrutural da pesca 2006**. Relatório Final. IBAMA/MMA. Brasília, DF, 2008.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>> acesso em: 01 jun. 2012.

KUHN, Ednizia Ribeiro A. **Terra e água: Territórios dos Pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu – Bahia**. 2009. 173f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura - 2008 e 2009**. 2010a. Disponível em <http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Publicidade/anu.pdf>. Acesso em 2011.

MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura - 2010**. MPA, 2012 Disponível em http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20Estat%203%ADstico%20MPA%202010.pdf Acesso em 2012.

MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Dados do Registro Geral da Pesca – Colônias, Associações, Sindicatos e Cooperativas**. MPA, 2012.

RAMOS, Ana Maria de A. R. **Nego-fugido, representação da liberdade escrava no recôncavo baiano**. 1996. 125f. Dissertação (Mestrado em História) – PUC / São Paulo, São Paulo, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

SEAP; IBAMA; PROZEE. Boletim da Pesca Marítima e Estuarina do Nordeste do Brasil. In: **Monitoramento da Atividade pesqueira no Litoral Nordestino – Projeto Estatpesca**. Tamandaré, 2008.